



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**Lei nº 2.729 - de 13 de junho de 1997.**

“Acrescenta § 3º ao Art.15, da Lei nº 1.781/85 e dá outras providências.”

**O EXCELENTÍSSIMO SEBHOR VEREADOR LOECI GONÇALVES ALBECHE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA,**

**FAZ SABER, face o disposto no Art. 83, § 7º, da Lei Orgânica do Município, que o Vereador DELMAR KAUFMANN propôs e a Câmara Municipal de Uruguaiana DECRETA e PROMULGA a seguinte lei:**

**Art. 1º** – O Art. 15, da Lei nº 1.781/85, fica acrescido do parágrafo 3º, como segue:

Art. 15 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º – O membro do magistério, regido por este plano de carreira, que rescindir seu contrato de trabalho para ser contratado por força de concurso público, será enquadrado. Para efeito de carreira, na classe em que se encontrava no contrato rescindido.

**Art. 2º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de abril de 1997.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 13 de junho de 1997.**

***Ver. LOECI GONÇALVES ALBECHE***  
Presidente

Registre-se e publique-se.  
Data supra.

**Ver. PAULO C. BLANCO CLAUS**  
Secretário

**\*Lei considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado.**



## **COMUNICAÇÃO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**, no uso de suas atribuições, **COMUNICA** que, de acordo com **ACÓRDÃO** do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, A **LEI MUNICIPAL Nº2.729, de 13 de junho de 1997**, que “Acrescenta § 3º ao Art.15, da Lei nº 1.781/85 e dá outras providências”, foi considerada **inconstitucional**, por unanimidade dos membros daquele Tribunal.

Uruguaiana, RS, 11 de maio de 1998.

**Ver. AVELINO PEREIRA SILVEIRA**  
**Presidente**